

O tema que desenvolveremos hoje é um dos mais vastos, mais complicados e mais difíceis que existem. Devemos, em uma única lição, apresentar claramente os fundamentos da política do fascismo no meio rural. Muitos companheiros já examinaram essa questão no curso sobre a economia italiana e no curso sobre a política de nosso Partido. Para eles, essa lição será, talvez, uma repetição; para os outros, ao contrário, o tema será mais difícil. É por isso que procurarei, dado também o tempo extremamente limitado, não entrar muito em detalhes, para não tornar muito pesada a aula.

Nesta lição pretendo dar uma rápida visão de conjunto do que o fascismo fez no meio rural, comparando-o com o que foi por ele feito em toda a economia do país. Procurarei indicar brevemente as conseqüências políticas e sociais da política do fascismo nos últimos anos, isto é, durante os anos da crise econômica, e demonstrar como devemos nos basear nesses resultados para determinar nossa linha política neste terreno.

Como ponto de partida, tomaremos uma afirmação que se encontra na pág. 4 do caderno de vocês: "Atualmente as diversas camadas de trabalhadores do campo acham-se reduzidas a um estado de empobrecimento que se agrava, dia a dia, com um desenvolvimento crescente."

É justa esta afirmação? E em que medida é justa? Como deve ser entendida esta afirmação? Devemos dar uma resposta a estas questões.

Antes de tudo, é preciso evitar interpretar afirmações deste gênero, refiram-se elas à crise no campo ou à política do fascismo no meio rural, no sentido de que a política do fascismo e a crise econômica do campo conduzem a um empobrecimento geral da população que vive no campo. Uma tal afirmação seria errônea, pois não é verdade que a crise leve a um empobrecimento geral de *todas* as camadas do

campo. A crise leva ao empobrecimento de *certas camadas* do campo, ao mesmo tempo em que reforça outras.

Não posso me deter muito sobre este assunto. Mas, em grandes linhas, posso lhes apresentar as coisas assim: no campo temos camponeses trabalhadores (*contadini lavoratori*), camponeses ricos, agiotas, bancos; a crise provoca uma queda dos preços dos produtos agrícolas e faz com que os pequenos e médios lavradores, não podendo enfrentar as despesas necessárias à gestão de sua lavoura, sejam obrigados a recorrer a empréstimos. Mas quem faz o empréstimo? Se há alguém que recebe dinheiro, deve haver também alguém que o fornece. O empréstimo é feito ou por um proprietário mais rico, ou por um agiota, ou pelo banco. Quando esse fenômeno se amplia, podemos sempre ver claramente os dois aspectos: temos uma parte da população do campo que se endivida cada vez mais, que tem um passivo sempre maior em sua lavoura (*azienda*). Por outro lado, há uma camada que enriquece cada vez mais, que faz os empréstimos. Por quem é representada esta última camada? Já o dissemos: pelos camponeses ricos, agiotas, banqueiros. Mesmo à luz deste simples fato vocês podem perceber os dois aspectos do problema: de um lado, o pobre que se torna sempre mais pobre, de outro lado o rico que se torna sempre mais rico.

Se vocês observam os resultados desse fato, o que vêem? Vêem que os camponeses pobres e os camponeses médios, na impossibilidade de pagar suas dívidas, não podem mais continuar e têm que vender a terra. Mas também aí há um duplo aspecto: se há o que vende a terra, deve haver o que a compra. O camponês pobre e o camponês médio, sobrecarregados de impostos ou de dívidas, são obrigados a vender sua terra. Mas esta é comprada por aquele que lhes emprestou dinheiro: pelo camponês rico, pelo proprietário de uma parcela de terra maior, pelo agiota, pelo banco, etc.

Demos uma ilustração bem simples, mas este fenômeno possui aspectos muito mais profundos.

Já falamos no que se refere à crise. Vejamos agora como se apresenta o fenômeno no que se refere à política do fascismo no meio rural. O fascismo inicia sua política no meio rural antes do estouro da crise econômica. É verdade que mesmo antes já houvera crise agrária, mas somente em 1926 e 1927 é que ela assume formas agudas. É por essa época que temos a primeira queda dos preços dos produtos agrícolas.

Seria um erro dar uma tal definição: a política do fascismo no meio rural leva ao empobrecimento de todos os camponeses. Isso não é verdade, devemos ver a coisa objetivamente, do ponto de vista político. Fazer uma afirmação do tipo da que acabei de citar equivaleria a dizer que o fascismo perdeu, ou está em vias de perder

(mas já que essa política do fascismo vem sendo aplicada há anos, se deveria dizer simplesmente que ele perdeu), qualquer possibilidade de ter uma base de massa no campo, de ter uma base política, um apoio. E isto não é verdade. Façamos uma pesquisa, mesmo sumária, para saber quem apoiava o fascismo no campo. O que aconteceu com essas camadas? Quem apoia hoje o fascismo no meio rural? Sem dúvida, notamos uma mudança. Mas essa mudança não significa absolutamente que a base em que se apoia o fascismo no campo tenha sido anulada. Tivemos um deslocamento nas bases de massa, mas não de classe.

Por quem era representada a base do fascismo no campo, no momento em que o fascismo chegou ao poder? Se tomarem as cifras relativas à distribuição da população italiana no campo, cifras que se referem a 1911 e a 1921, vocês encontrarão, segundo as próprias cifras oficiais do fascismo, baseadas nos recenseamentos daqueles anos, um aumento do número de proprietários rurais — e não apenas um aumento geral, mas até mesmo um aumento numérico dos pequenos e médios proprietários. Isto se refere ao período que vai de 1911 a 1921. Mas vocês se recordam do que se passou nesse período? É a guerra, a guerra com todos os seus fenômenos e todas as suas conseqüências. No imediato pós-guerra há uma tendência à formação de novas camadas de pequenos proprietários.

Também aí devemos ver os dois aspectos do fenômeno. Seria um erro ver apenas um desses aspectos. Há uma tendência à formação da pequena propriedade pela aquisição da terra e há uma outra tendência que leva a criar uma pequena propriedade mediante a apropriação, a ocupação de terras por parte dos camponeses.

Por que digo que se deve examinar atentamente os dois aspectos? Porque se há apenas uma tendência à aquisição, temos uma certa situação política: certas camadas de camponeses pobres e médios, neste caso, se “enriquecem” e tendem a resolver o problema da terra através da aquisição. É o caminho de uma certa reforma agrária. Que quer dizer isto? Quer dizer que o movimento tende a uma modificação das relações de propriedade no terreno agrícola não por via revolucionária, mas por uma via que tende à aquisição das terras por parte de novas camadas de camponeses. Alguns elementos dessa tendência existiam, por exemplo, na Emília, em certas zonas da qual representou um fenômeno bem amplo, não apenas nas zonas de colinas, mas também na planície.

Mas na Itália, vista em seu conjunto, qual dos dois fenômenos é o mais importante? O caminho da reforma ou o caminho da revolução? Não há qualquer dúvida de que o fenômeno mais importante foi, de longe, o fenômeno revolucionário. Massas importantes do campesinato italiano tendiam a apoderar-se da terra por via revolu-

cionária. Essa tendência à ocupação revolucionária das terras é um fenômeno social e político dominante com relação à tendência à aquisição de novas terras, à solução do problema da terra por meio da reforma agrária.

Nessa situação, o que faz o fascismo? Em que camadas ele se apoia no imediato após-guerra? Ele se apoia, antes de tudo, nos latifundiários que o impulsionam. Mas o fascismo não se apoia somente nos proprietários. O que dá ao fascismo uma certa base de massa no meio rural, especialmente na Emília, é justamente o fato de que ele se apoia em certas camadas de camponeses médios, que àquela época tinham mais ou menos se enriquecido e procuravam estender e reforçar sua lavoura (*azienda*) mediante a aquisição de novas terras.

Por que essas camadas se voltam para o fascismo? Porque na situação do após-guerra elas se encontram sob a pressão do movimento dos assalariados agrícolas (*braccianti*) e do movimento que, no campo, vinha diretamente do Partido Socialista, numa linha errônea, uma linha que afastava essas camadas da aliança com o proletariado da cidade e com as massas do campo.

Esse impulso em direção ao fascismo é acentuado pela tendência ao enriquecimento. Na região de Bolonha, de Ferrara, por exemplo, vocês encontram aderindo ao fascismo não somente camadas médias, mas também camadas mais pobres. Vocês devem se lembrar o que é uma aldeia. Ela representa uma forma social onde a luta de classes ainda não se desenvolveu. Nessas aldeias, a luta de classe se desenvolve muito lentamente. Quando um grupo se orienta de certa maneira, há outros grupos, embora diferentes do ponto de vista social, que tomam o mesmo caminho. Eles agem assim porque dependem dos primeiros, na condição de devedores, subordinados, etc. As posições de classe não são muito acentuadas. As posições do advogado, do tabelião, dos que emprestam dinheiro, são importantes porque influenciam elementos que objetivamente são estranhos a essas posições. Por essas vias é que o fascismo conseguiu tomar pé no meio rural no após-guerra.

Ao mesmo tempo, vocês sabem qual é o programa inicial do fascismo. Vocês sabem que ele continha certas afirmações radicais que depois, é verdade, foram deixadas de lado. O fascismo toma uma posição contra o movimento revolucionário. Posição declarada, diria até posição dirigida menos contra os operários do que contra o movimento dos assalariados agrícolas (*braccianti*) e contra o desenvolvimento do movimento revolucionário no campo. É nessa direção que o fascismo assesta seu golpe principal: impedir o desenvolvimento e a extensão da tendência a uma revolução agrária. E, naquele momento, ele apoia a corrente da reforma agrária.

Se vocês olham as publicações fascistas de 1921, especialmente os jornais de certas zonas da Emília, verão como o fascismo se mostra decidido a criar novas camadas de pequenos e médios proprietários, quebrando o ímpeto das organizações proletárias. A aquisição de terras faria surgir essas novas camadas de proprietários.

Vimos rapidamente e de modo sumário qual a base objetiva do fascismo no campo, quando da conquista do poder. Qual a ação do fascismo no campo quando ele já se encontra no poder? Vocês sabem bem qual foi a política do fascismo imediatamente após a tomada do poder. Foi uma política que, sem proceder ainda a uma ofensiva direta contra os salários, visou imediatamente a um nítido reforço das posições dos capitalistas, uma política que deixava as mãos livres aos capitalistas em seus negócios, na vida econômica do país, favorecia o predomínio do capital industrial, do capital bancário e favorecia, sobretudo, o desenvolvimento da indústria. Em todas as lições apontamos como erro o fato de se acreditar que o fascismo não tenha desenvolvido de nenhuma maneira a indústria italiana. Após a chegada ao poder do fascismo, temos um forte desenvolvimento da indústria, seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista da técnica e da organização. Esta foi a linha principal, característica, da política econômica da ditadura fascista em seus primeiros anos.

Essa política provoca uma reação imediata no campo. Ela é sentida não ao ponto de provocar uma perda completa das bases de massa, mas no sentido de que criou no meio rural um profundo descontentamento e de que parou, provocou uma parada no processo de formação de novas camadas de pequenos e médios proprietários. Esse processo se detém. Não se pode dizer que a pequena propriedade desaparece. Mas que fenômenos têm vocês ante os olhos? Vocês vêem um reforço, na economia em geral, das posições do capital financeiro e do capital industrial. O desenvolvimento da indústria provoca indiretamente um empobrecimento do campo, pelo fato de que a indústria absorve uma grande quantidade dos capitais disponíveis e de que, além disso, o fascismo faz a favor da indústria uma política fiscal essencialmente dirigida contra os camponeses trabalhadores (*contadini lavoratori*).

Assim se explicam as oscilações das camadas rurais, particularmente durante o período da crise Matteotti. São oscilações da pequena e da média burguesia rural, assustadas com a política instaurada pelo fascismo após sua chegada ao poder, política bem diferente da que elas esperavam. Essa política tendia ao reforço das posições de outras camadas sociais, dos banqueiros, dos capitalistas, e não ao reforço da pequena e da média burguesia rural.

É diante dessa situação que o fascismo se prepara para colocar o problema de sua própria política agrária. Este problema se coloca em cheio quando se coloca o problema da criação do Estado totalitário.

Não se deve fechar os olhos frente ao que o fascismo pôde realizar do ponto de vista dessa política e não devemos fechar os olhos frente a determinados resultados por ele alcançados, resultados que devemos estudar. É um erro limitar-se a rir diante de problemas como o da “batalha do trigo”, do “beneficiamento integral” (*bonifica integrale*), da “organização econômica da agricultura”, do “desaparecimento dos assalariados agrícolas” (*sbracciantizzazione*). É um grande erro. Em cada um desses domínios, a cada palavra-de-ordem lançada pelo fascismo, correspondem realidades, às vezes importantes, que tendem a transformar as relações de classe do meio rural italiano. Temos aqui conseqüências políticas que devem ser levadas em conta.

Quais são as palavras-de-ordem gerais do fascismo que examinaremos rapidamente? Antes de tudo a “batalha do trigo”, em segundo lugar o “beneficiamento integral”, em terceiro lugar as tentativas de organização da economia agrícola (através da constituição dos assim chamados *Consorti*<sup>49</sup>), a política do “desaparecimento dos assalariados agrícolas”, da “colonização interna”. Estes são os pontos principais que examinaremos de forma breve, sem aprofundá-los.

Vejamos a “batalha do trigo”. Todos vocês sabem a que ela se propõe, qual o seu objetivo. O fascismo diz que o objetivo é obter um aumento da produção de trigo na Itália: “produzir trigo para todos os italianos”. Eles querem — segundo dizem — que a Itália, que sempre foi um país agrícola, deixe de importar trigo para consumo interno. Essa campanha é apresentada assim, de uma maneira simples, demagógica: “Todos os italianos devem comer pão italiano. Se não conseguirmos isso, em caso de guerra não teremos pão para dar de comer a todos.”

O que significa na realidade a “batalha do trigo”? A “batalha do trigo” significa que, para produzir mais trigo, é preciso transformar a economia italiana de uma maneira bem profunda. Vocês sabem que na Itália a superfície de terra não cultivada não é grande.

49. Os *Consorti* apareceram pela primeira vez em 1929-30 como associações voluntárias de fabricantes e empresários desejosos de limitar a produção e fixar os preços. Em 1932, o Estado promulgou lei aprovando a atuação dessas associações. Apesar de aprovados e supervisionados pelo Estado, os *Consorti* não introduziram nenhuma disciplina nas empresas privadas em favor dos interesses públicos.

As poucas terras que não são cultivadas, não o são porque seu preparo para o cultivo exigiria muitos capitais. Trata-se de terras áridas, de terras que talvez nunca tenham sido trabalhadas. Para aumentar a produção de trigo, portanto, torna-se necessário deslocar o eixo da economia agrícola italiana. Como agiu o fascismo? Será que ele conseguiu êxitos nesse terreno? Não se pode dizer que não! Ele conseguiu aumentar sensivelmente a quantidade de trigo colhido. Há um progresso, não se pode negar. Mas como foi obtido esse progresso? Foi obtido de duas maneiras. Antes de tudo, quase por toda parte, mesmo nos solos em que outrora só se praticava o cultivo de árvores, árvores frutíferas, etc., hoje em dia se cultiva trigo. É um desenvolvimento da extensão da superfície em que se cultiva trigo. Mas o aspecto mais importante não é este. O aspecto mais importante é representado pelo fato de que a média da produção de trigo por hectare é hoje na Itália muito mais elevada do que antes. Um hectare hoje na Itália rende em média 14 quintais, média que é bastante grande. Anteriormente a média oscilava entre 10 e 11 quintais. Hoje se produzem 14 quintais e para produzir esses 14 quintais foi preciso fazer alguma coisa. Começamos então a ver do que se trata. O que significa o fato de se ter colhido 14 quintais em vez de 10? Significa que se trabalhou o solo mais profundamente, que se aplicaram máquinas mais aperfeiçoadas ou simplesmente máquinas onde anteriormente se empregavam instrumentos primitivos, significa que se adubou mais o solo. Numa palavra, significa que para cada hectare se empregou mais capital do que antes.

Aqui passamos do terreno econômico para o terreno social e político. Vemos que para obter os resultados da “batalha do trigo” foi preciso mais capitais, na cultura do trigo, para cada hectare. Mas quanto mais capital se despende para a produção do trigo, mais caro se vende esse trigo. Senão não haveria investimento de grandes capitais. Então o fascismo tem que praticar uma política que tende a manter a uma taxa elevada o preço do trigo: introduz o imposto sobre o trigo. O imposto sobre o trigo desempenha o papel mais importante na “batalha do trigo”; sem ele, a “batalha do trigo” é inconcebível. Vocês sabem que o imposto sobre o trigo teve como conseqüência um enorme desequilíbrio entre os preços do trigo na Itália e os do mercado mundial. Mas há ainda outras formas pelas quais o Estado intervém para favorecer um aumento da produção de trigo por hectare: os prêmios aos cultivadores, concursos, facilidades para a aquisição de fertilizantes, etc. Mas estas são formas subsidiárias. A forma principal é representada pelo imposto sobre o trigo.

Devemos dizer mais alguma coisa a este respeito, para apresentar o problema mais detalhadamente. Este é o ponto mais difícil,

mesmo da perspectiva de uma explicação popular. Tentarei em todo caso fazer com que vocês compreendam.

Não se deve acreditar que a produção de 14 quintais por hectare seja a produção que se tem em toda a Itália. Não é verdade. Não se produz, em toda a Itália, 14 quintais por hectare. Os 14 quintais por hectare são uma média tirada de números bem diferentes. A média na Sardenha é abaixo de 10 quintais, chega a 9 e até mesmo a 8 quintais. Se vocês tomam, ao contrário, as cifras de certas zonas da Lombardia, essa média é às vezes superior a 30 quintais por hectare. Imaginem então a condição do cultivador que produz 8 quintais por hectare e a condição daquele que produz 30 e compreenderão, se refletirem um pouco, o que pode ser a política do fascismo no campo.

Quem é que recolhe em seus campos 30 quintais de trigo por hectare? Quem recolhe 30 quintais por hectare é antes de tudo o grande proprietário, aquele cuja terra é a mais fértil, que possui máquinas maiores e mais aperfeiçoadas, que dispõe de uma grande quantidade de capitais que pode investir na terra, que lhe permitem utilizar em grande quantidade adubos químicos, etc. É claro que o custo de produção do trigo produzido à razão de 30 quintais por hectare é muito mais baixo que o do trigo que dá apenas 8 quintais por hectare. Isto quer dizer que o imposto sobre o trigo não vem em favor dos que colhem 8 quintais por hectare, mas, com toda certeza, daqueles que colhem 30. Naturalmente, não num sentido absoluto. Se não existisse o imposto sobre o trigo, os que colhem 8 quintais por hectares nem mesmo poderiam cultivar o trigo. Trata-se geralmente de pequenos proprietários que consomem todo o trigo que produzem. Para estes, o imposto sobre o trigo não tem qualquer efeito, pois não produzem para o mercado. O camponês médio, ao contrário, que produz para o mercado, quase sempre não tem capitais e tem que vender o trigo antes que esteja maduro, quando ainda está no campo. É obrigado a vendê-lo antes que seja fixado o preço. Vemos a este respeito uma particularidade característica da política fascista; em certos anos o aumento do imposto sobre o trigo foi introduzido às vésperas da colheita, isto é, quando os camponeses médios já tinham vendido seu produto. Vemos os preços pularem, vemos o trigo ser surrupiado em favor dos grandes capitalistas, dos agiotas, dos bancos. E este é um prêmio dado pelo governo aos grandes produtores de trigo para compensá-los pelos grandes capitais investidos nas grandes lavouras.

Todo o mecanismo do imposto sobre o trigo e da "batalha do trigo" é destinado a favorecer as lavouras de grande produtividade, que têm grandes meios de colheita. Todas as desvantagens recaem sobre o pequeno produtor que consome toda a sua colheita, que

foi obrigado a produzir trigo onde antes produzia outras culturas, porque o preço dos produtos baixou fortemente em consequência da crise. Os grandes cultivadores, os grandes lavradores (*aziende*), os proprietários rurais e às vezes também os grandes arrendatários e os grandes meeiros retiram, ao contrário, enormes vantagens.

Mas a "batalha do trigo" aumenta também o preço do pão para toda a população. Ela representa, portanto, um tributo imposto a todos os trabalhadores, a toda a população, em favor dos grandes produtores, em favor das camadas mais ricas do campo. A "batalha do trigo" corresponde a um processo de diferenciação no campo, processo que o fascismo em parte já encontrou e aprofundou, mas que em parte provocou. Qual o resultado fundamental a que se chega no campo com a "batalha do trigo"? Um maior investimento de capitais na agricultura. Isto significa que a batalha provoca, com um maior investimento de capitais, um reforço de todas as posições do capital, dos bancos, daqueles que têm dinheiro, no meio rural. Justamente em consequência da "batalha do trigo", a posição dos grandes *trusts* que produzem para a agricultura adubos químicos, máquinas agrícolas, etc., tornou-se uma produção formidável. A Montecatini, por exemplo, concentra em suas mãos 100% da produção de adubos químicos, que vende a preços por ela mesma fixados e mantidos altos graças ao monopólio. É o capital financeiro, o banco, que penetra sempre mais no campo. A "batalha do trigo" significa um predomínio do capital financeiro no campo.

Vocês têm aqui essencialmente os resultados mais importantes da "batalha do trigo": a extensão da produção se deve principalmente ao aumento dos investimentos de capitais, o aumento da produção por hectare reforça os grandes produtores, as grandes lavouras, os grandes capitalistas, e esse aumento, obtido principalmente graças ao imposto sobre o trigo, reforça no campo a posição dos elementos mais ricos, dos proprietários, dos bancos, do capital financeiro.

Vejamos uma outra diretiva política do fascismo no meio rural: o "beneficiamento integral". Que vem a ser isto? Mesmo aqui não devemos nos limitar a rir do que diz o fascismo. O fascismo fez um plano grandioso que requeria o investimento de dois bilhões por ano para beneficiar dois milhões de hectares de solo. O fascismo não conseguiu realizar esse plano. Em 1932-1933, foi obrigado a reduzir seu plano (notem bem: o plano) em 9%, em 1933-1934 o plano foi reduzido em 36%, em 1934-1935 ele sofreu uma redução de 36% e, finalmente, para 1935-1936 a redução prevista é de 79%. Repito uma vez mais que estas reduções são feitas no plano; durante sua realização esse plano reduzido sofre ainda contradições notáveis.

Vocês sabem o que quer dizer beneficiar: tornar produtivas terras que hoje são pantanosas, não apenas incultiváveis, mas até

mesmo inabitáveis; isto quer dizer de saída drenar a água e depois cultivar. Então é preciso fazer dois beneficiamentos: o beneficiamento hidráulico, que consiste em secar os pântanos, e o beneficiamento agrícola, que consiste em arrotear o solo, desmoitar, cultivá-lo.

Que é preciso para realizar esses planos? (Repito mais uma vez que não devemos zombar do que faz o fascismo. De que podemos zombar? Do estardalhaço que faz o fascismo em torno dos resultados do beneficiamento. Os resultados são efetivamente pobres, bem pobres. Mas não são pobres os resultados sociais no campo, as mudanças de classe, os reagrupamentos de classe que o "beneficiamento integral" provoca no campo.) O "beneficiamento integral" significa investimentos de capitais na terra, na agricultura. Para o "beneficiamento hidráulico", são necessários enormes capitais. Maiores ainda são os capitais exigidos pelo beneficiamento agrário. Os proprietários de terras são obrigados, com base na decisão do Estado, a começar os trabalhos de beneficiamento. O Estado intervém com uma certa ajuda. Os proprietários de terras devem constituir Consórcios (*Consortzi*). Nesses *Consortzi* entram os grandes e os médios proprietários de terra (os pequenos proprietários entram somente em certas regiões, como, por exemplo, na Ístria, na Sardenha, etc.). Acontece que o pequeno e o médio proprietário rural não podem suportar por longos anos as despesas do *Consortzio*. O *Consortzio* provoca, portanto, a expropriação do pequeno proprietário e o endividamento e a tendência à expropriação dos proprietários médios. Nos *Consortzi*, os reagrupamentos de grandes proprietários reforçam suas posições, diante dos médios e dos pequenos proprietários. Estes são os resultados sociais mais evidentes até hoje. E não é coisa a menosprezar.

O beneficiamento do solo tem na Itália uma importância decisiva. Tomem uma região fértil como a Lombardia: lá todo terreno é beneficiado com um investimento de capitais que durou séculos. Esse investimento prossegue hoje em ritmos mais lentos por causa da crise, mas prossegue. E ele se faz acompanhar de fenômenos sociais de extremo interesse, fenômenos que levam a uma grande diferenciação de classes no campo, que levam ao enriquecimento dos mais ricos e a um empobrecimento dos mais pobres.

Mas há uma diferença entre o beneficiamento de hoje e o de antes? Em certas zonas, não; em outras, sim! Não devemos esquecer que antes da guerra tínhamos na Itália uma forte corrente de emigração. Essa corrente era representada essencialmente por camponeses, por trabalhadores agrícolas, que iam trabalhar na América e enviavam dinheiro para a Itália. A contribuição para o beneficiamento agrícola de certas zonas fora fornecida por isto que chamamos de "enriquecimento" de algumas camadas. Mas esta é uma característica de antes da guerra. Hoje o fenômeno emigratório desapareceu.

A tendência à emigração dos trabalhadores da agricultura, com a formação de pequenas e médias propriedades por meio de ganhos obtidos pelos assalariados agrícolas (*braccianti*) e pelos camponeses pobres no estrangeiro, não se observa mais, não se observa como fenômeno social característico.

O que são as novas propriedades? Vejamos as medidas tomadas pelo fascismo para o que se denomina de colonização interna. Desde 1928, um total de 6.000 famílias de agricultores foram transplantadas de uma região para outra. Em 1933-1934, o número global dessas famílias foi de 2.000. Essas famílias são instaladas em terras nas quais, uma vez efetuado o beneficiamento hidráulico, começam os trabalhos de beneficiamento agrícola. Este fenômeno está ligado a toda uma série de relações que se criaram entre as famílias e os *Consortzi*, aos quais esses novos supostos "proprietários" chegam com as dívidas que contraíram para com o *Consortzio*, dívidas que aumentam cada vez mais com o agravamento da crise agrícola. Mas não é este o fenômeno característico do meio rural. O fenômeno característico é provocado pela penetração capitalista e por toda uma série de outras modificações suscitadas pela política do fascismo e que tendem a reforçar as posições dos capitalistas, dos proprietários mais fortes e do capital financeiro. Eu me refiro aos *Consortzi*.

O que são os *Consortzi*? São uma união obrigatória dos produtores de um determinado produto, união que tem como objetivo fixar os preços de venda. Nessas cooperativas o pequeno e o médio produtores se acham ante o grande produtor, encontram-se à mercê dele. O *Consortzio* é um instrumento dos grandes produtores para subordinar os pequenos e médios. Os preços dos produtos são determinados pelos grandes produtores. Nessas cooperativas, como já vimos nas cooperativas de beneficiamento, há uma tendência a limitar e a expropriar os pequenos e os médios proprietários.

Devemos também acrescentar, ao que dissemos sobre a política do fascismo no campo, a política fiscal, que tende a atingir particularmente o camponês trabalhador (*contadino lavoratore*). O camponês lavrador é onerado duas vezes mais do que o proprietário não-lavrador: é onerado como administrador de lavoura e pela prestação de mão-de-obra. Vocês sabem como são numerosas hoje as taxas, especialmente no campo. Paga-se uma taxa para se ter uma carroça, há uma taxa para matar um porco, para se ter um cachorro, um fuzil. Essa opressão fiscal, particularmente pesada para o pequeno e o médio proprietário, agrava a sua condição.

Qual o resultado? O resultado é que a partir de 1927 encontramos no meio rural italiano uma tendência à diminuição do número dos pequenos e dos médios lavradores e uma tendência (digo tendência e devemos ter cuidado para não considerar isto como um

fato consumado) ao desaparecimento das pequenas e médias lavouras criadas no após-guerra. Esta tendência é mais forte nas zonas de montanha e de colinas do que na planície, mas ela existe em toda parte. Vemos mais uma vez como a política econômica do fascismo reforça as posições dos mais fortes, dos latifundiários, dos camponeses ricos, do capital financeiro.

Um índice bem característico é dado pelas cifras relativas ao leiloamento de imóveis rurais. Em 1926 eles são em número de 1.620, em 1929 são 2.600 e em 1930 pulam para 3.400, em 1931 para 4.000, atingindo 5.800 em 1932. Vemos de 1927 a 1932 um aumento de mais ou menos quatro vezes. É uma tendência que se verifica em toda a economia agrícola italiana. O fascismo diz o contrário: o fascismo diz que é uma tendência ao desaparecimento do conjunto dos assalariados agrícolas (*bracciantato*), e à criação de novas camadas de parceiros e de pequenos lavradores.

É verdade isto? Não, absolutamente! Leiam atentamente os artigos do camarada Marabini e terão uma documentação muito ampla que lhes demonstrará que não é verdade.

Procuremos ver rapidamente o que significa a política fascista do “desaparecimento dos assalariados agrícolas” (*sbracciantizzazione*). Por que se diz que é feita essa política? Porque tomam-se grupos de trabalhadores (*braccianti*) desempregados e se os instalam nos piores terrenos dos camponeses mais ricos, com formas de contrato que absolutamente não transformam o assalariado agrícola em proprietário. Esse contrato não passa de um instrumento que prende o trabalhador a um pedaço de terra, terra que deve ser cultivada com um contrato particular. As condições desses contratos são bem piores do que as condições dos contratos de parceria; lembram relações feudais. Mas vejamos qual o pedaço de terra que é dado ao trabalho: trata-se da pior terra que se encontra na zona. O trabalhador deve realizar todas as tarefas de alqueire, é obrigado a introduzir um cultivo bem determinado, fornecer os instrumentos agrícolas, e recebe uma parte que é sempre inferior à metade e até mesmo a um terço do produto.

A média é mais ou menos um terço. Os trabalhadores agrícolas desempregados são, assim, obrigados a viver em cima de um determinado terreno da manhã à noite e muitas vezes, por contrato, devem fazer trabalhar aí toda a família. Eles não são mais considerados como assalariados agrícolas (*braccianti*) pelo fascismo. São formas de economia servil que são reintroduzidas na agricultura italiana pelo fascismo. Essas formas de economia servil agravam as relações de classe no campo. Vemos, portanto, que no campo não há absolutamente uma tendência à formação de novas camadas de lavradores, mas há, ao contrário, uma tendência à criação de camadas semiproletárias

cujas situações são pior do que a dos próprios assalariados agrícolas (*braccianti*), pelo fato de que perderam as características do assalariado agrícola, sem adquirir as do proprietário.

O “desaparecimento dos assalariados agrícolas” (*sbracciantizzazione*) é muito propalado pela ditadura fascista. E isso tem uma certa influência. Nem todos compreendem o que é essa política de *sbracciantizzazione*, o que ela significa. Muitos se iludem com a demagogia do fascismo. Em certas zonas rurais, até mesmo alguns companheiros são influenciados. Tivemos até que discutir durante horas com um militante de nosso partido que dizia: “Afim de contas, meu pai agora tem possibilidade de comer, e isto significa que houve uma melhoria.” Tivemos que aprofundar a questão para mostrar-lhe o que era em verdade essa “melhoria”.

Agora, em conjunto, quais são os resultados da política fascista no campo? A situação de hoje é completamente diferente da que tivemos no imediato após-guerra. Sempre se disse duas coisas na Itália: de um lado, que o campo italiano tinha restos muito importantes de economia feudal e, de outro lado, sempre se disse que no campo italiano havia uma situação tal que o movimento fundamental era o movimento direto pela conquista da terra, situação que explicava a existência no meio rural de elementos favoráveis a um movimento revolucionário democrático-burguês (a revolução proletária deverá resolver o problema de dar a terra aos camponeses na medida em que isto é uma exigência, a aspiração fundamental dos camponeses italianos).

O fascismo alterou alguma coisa? Sim. Alterou alguma coisa no sentido de que tornou muito mais sólidas, muito mais fortes, as posições da indústria na Itália, em comparação com as da agricultura, reforçou as posições dos bancos em todo o país, reforçou em toda a economia as posições do capital financeiro. Com isso desapareceram talvez os resíduos feudais? É uma pesquisa que nosso partido ainda não fez. Nosso partido ainda não fez, por exemplo, uma pesquisa sobre os resíduos feudais na Sicília, onde eles são notoriamente mais fortes do que em outra parte. Mas podemos dizer que, onde esses resíduos feudais existem, o fascismo não os destruiu, porque é justamente sobre essa camada que o fascismo se apoia, por exemplo, na Sicília. Os grandes latifundiários, os barões, representam uma camada estreitamente ligada ao fascismo. Mas não há na Sicília, talvez por causa disto, nenhum desenvolvimento do capital financeiro. O Banco da Sicília, como banco rural, teve um grande desenvolvimento. Mas a quem são concedidos os empréstimos? Aos grandes latifundiários. Encontramo-nos, assim, não em presença de uma penetração do capital no campo que despedaça o latifúndio, mas sim diante de uma penetração do capital através dos elementos feudais, penetração que reforça a posição desses elementos.

A luta contra a máfia travada pelo fascismo foi essencialmente uma luta contra a camada de proprietários que se formava e que, embora tomando posição contra o movimento revolucionário, minava por outro lado o latifúndio. Vocês sabem o que é a máfia, sabem que é um fenômeno complexo. Entre os barões e os camponeses há, na Sicília, toda uma camada intermediária formada pelos grandes arrendatários, pelos arrendatários, pelos sub-arrendatários. Há entre o patrão e o trabalhador toda uma série de gradações. A máfia forma-se aí. Cada um desses grupos forma uma quadrilha que luta, por um lado, contra o senhor feudal e, por outro lado, se esforça por manter o camponês submetido. O fascismo interveio, não para modificar as posições de classe, mas para reforçar as posições dos grandes latifundiários. Isso no que concerne à Sicília.

Para as outras regiões, o fenômeno geral é representado por um maior emprego de capitais, de máquinas, de adubos químicos. Já vimos que uma maior produção de trigo por hectare significa um maior investimento de capitais. Será que em consequência disto o problema da terra se coloca hoje de outra maneira? Este é um problema político, que exige uma resposta.

A grande massa dos trabalhadores da terra é privada de terra, são os assalariados agrícolas, em grande parte desempregados permanentes ou quase, reduzidos ao estado de semiproletários. Que querem eles? Talvez tendam a resolver o problema da terra de um modo diferente do de antes? Talvez existam condições objetivas para colocar o problema da terra do ponto de vista de uma reforma? Não, essas condições objetivas não existem. Hoje não há qualquer tendência ao enriquecimento das camadas pobres, mas sim uma tendência oposta, uma tendência à sua ruína definitiva.

Por outro lado, terá mudado de caráter a luta pela terra? Não! As significativas camadas de trabalhadores do campo querem a terra, querem tornar-se proprietários por via revolucionária. Não pela reforma agrária, portanto, mas sim pela revolução agrária: é assim que o problema se coloca.

O fascismo conservou os resíduos feudais, estendeu a aplicação do contrato de parceria, que é uma das expressões mais características desses resíduos, reforçou as posições do capital financeiro, reforçou todas as posições do capitalismo no campo, mas não criou uma tendência à solução do problema da terra por uma via de reforma — ao contrário, reforçou a tendência a resolver o problema da terra pela via revolucionária.

Os resultados gerais da política do fascismo no meio rural levaram a um estreitamento das suas bases originais. Quais são hoje as bases do fascismo? Elas são nitidamente capitalistas. No meio rural, são representadas pelos grandes agricultores, pelos gran-

des proprietários de terra. Certas camadas de camponeses ricos estão também ligadas ao fascismo. Mas mesmo entre estes, sob o impacto da crise, está se criando um fortíssimo descontentamento.

Para a grande massa da população trabalhadora do campo, o problema da terra se coloca de maneira mais aguda do que antes. As condições objetivas para uma aliança entre o proletariado e a massa dos trabalhadores do campo são hoje mais favoráveis do que no passado. Isto não significa, contudo, que uma tal aliança possa se realizar por si mesma, automaticamente. As condições objetivas são muito mais fáceis. Mas as condições subjetivas são muito mais difíceis. O reforço do capitalismo no campo torna mais difícil o trabalho revolucionário. As formas de controle, que outrora eram mais fracas no campo do que na cidade, foram hoje consideravelmente reforçadas.

Isso nos coloca diante de tarefas imediatas, vastas e difíceis, e faz com que o programa agrário de nosso partido, de nossa agitação e de nosso trabalho no campo adquira hoje uma importância muito maior do que no passado.